

055

DIFERENCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TOROPI - RS. *Luiz Fernando Machado Kramer, Cristiano Venturini, Paulo Roberto Cardoso da Silveira* (CCR, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, UFSM)

Os programas de desenvolvimento para a agricultura não tem diferenciado adequadamente seu público potencial, sendo que a uniformização de critérios tende a não contemplar os diferentes tipos de agricultores. Neste sentido, o estudo realizado no município de Toropi na região centro do Rio Grande do Sul, demonstra que dentro da classificação: agricultura familiar, observa-se uma grande variação. O objetivo deste trabalho é analisar tal diferenciação e sua implicação para as políticas públicas. Realizou-se um cadastro técnico rural abrangendo a totalidade das residências urbanas e rural (550 encontrados). A partir desse cadastro, tipificou-se os estabelecimentos em classes considerando a principal ocupação da família. Dentro dos agricultores familiares(mais de 80% de M.O. anual utilizada da própria família), que representam 77,53% dos estabelecimentos, observa-se diferenças quanto a propriedade dos meios de produção e a forma de organizar a produção. Deste conjunto, 18,36 são parceiros(trabalham a terra de outrem em troca de percentagem da produção), 5,45% são agrupamentos coletivos de produção(mais de duas famílias explorando o mesmo estabelecimento), 1,27% são minifundiários (áreas menores de 10ha onde a produção é para subsistência) e 45% são agricultores familiares individuais (utilizam somente mão-de-obra familiar). Essa diferenciação é justificada pela estrutura fundiária, onde predomina pequenas propriedades, herança do processo de ocupação do espaço agrário e as sucessivas divisões das áreas por várias gerações e que ainda está presente devido ao grande número de jovens que permanecem nas propriedades, devido as condições de transporte e educação. Portanto é necessário que as políticas de desenvolvimento reconheçam e passem a utilizar essa diversidade; isto significa dizer que receitas comuns, válidas para todas as zonas, não podem ser mais admitidas, e da mesma forma, as abordagens verticais de "cima-para-baixo", porque simplificam e ignoram as diferenças contextuais. (FIPE/UFSM)